

GOVERNO PREPARA LISTA

Prioridades para a condução econômica do País

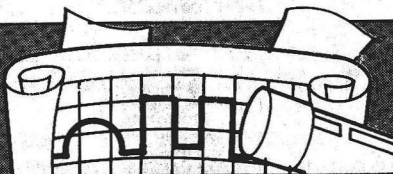
Além do aumento do salário mínimo (leia na pág. 5), o governo está preparando uma lista de projetos de lei e de emendas constitucionais que julga prioritários para a condução da economia do País. O sucesso das mudanças propostas está na dependência de conseguir maioria no Congresso, tarefa a que já se lançou Jorge Bor-

nhausén, ministro-chefe da Secretaria de Governo. Ele está com os olhos postos nos votos das bancadas do PDT, PSDB e parte do PMDB, que se somariam aos dos partidos governistas. O ministro Bornhausen inclusive já chegou a dizer que, caso não conseguisse a maioria até junho, ele deixaria o governo.

As prioridades envolvem as contas públicas, a Previdência Social, o funcionalismo público, a desregulamentação das atividades portuárias, a privatização dos serviços públicos de telecomunicações e as relações com os credores internacionais (veja quadro). Todas as propostas foram enviadas ao Congresso Nacional no ano passado na forma de projetos de lei ou de emendas constitucionais dentro do que se convencionou chamar de Emendação.

O que o governo quer ver aprovado

Os projetos devem ser votados até o final deste semestre



Projeto	Data	O que muda
Desregulamentação dos portos	Fev/91	Fim do monopólio sindical dos serviços de estiva, vigilância, consertos e guindastes. Privatização das atividades portuárias. Os parlamentares desfiguraram o projeto, mantendo o monopólio dos sindicatos, o que levou o governo a retirar o pedido de urgência em abril de 1991.
Propriedade de marcas, patentes e processos industriais	Out/91	O Brasil passa a reconhecer as patentes de empresas internacionais, uma das condições dos credores para fechar o acordo da dívida externa. Comissão Especial do Congresso discute o projeto que deve ser votado em maio.
Imposto sobre a distribuição de combustíveis	Set/91	Os recursos do novo tributo seriam destinados exclusivamente à conservação e construção de rodovias. Estados e municípios ficam com 30% do dinheiro estimado em US\$ 1 bilhão por ano. Comissão Especial vota a matéria no início do próximo mês.
Concessão dos serviços de telecomunicações	Set/91	A iniciativa privada passa a explorar os serviços telefônicos, telegráficos e de transmissão de dados que hoje são exclusivos das empresas públicas. O projeto de emenda constitucional ainda não foi discutido nem conta com relatório parcial.
Reestruturação da Previdência Social e da aposentadoria dos servidores públicos	Set/91	O direito à aposentadoria seria concedido somente aos 60 anos de idade (homem) e 55 anos (mulher) contados 35 anos de serviço (homem) e 30 anos (mulher). Hoje os servidores públicos e os segurados da Previdência Social se aposentam com a contagem dos anos de trabalho independente de idade. O projeto foi atropelado pela crise da Previdência. Comissão Especial elaborou sugestões de mudança que vão ao encontro das propostas do governo.
Fim da estabilidade dos servidores públicos	Set/91	A estabilidade aos dois anos de serviço que hoje abrange todo o funcionalismo passa a ser um direito apenas dos integrantes de carreiras típicas de Estado, como diplomata e fiscal.
Advocacia Geral da União	Out/91	A proposta separa a defesa da União da defesa da sociedade que hoje é exercida concomitantemente pela Procuradoria Geral da República. Em março passado, o governo retirou pedido de urgência para uma nova análise do projeto diante da apresentação de mais de 100 emendas.

Novo imposto

Para aprovar um projeto de lei o governo precisará de maioria absoluta: 252 dos 503 deputados e 42 dos 81 senadores. Para fazer uma emenda constitucional a maioria é qualificada: 302 deputados e 49 senadores.

Entre as mudanças sugeridas está a criação de um novo imposto que incidiria sobre a distribuição de combustíveis líquidos e gasosos. Com uma alíquota de 10% sobre o valor das transações, seriam levados para os cofres públicos mais US\$ 1 bilhão anuais, que se destinariam à conservação e à construção de rodovias. Os Estados e os municípios ficariam com 30% do total de recursos arrecadados pelo novo imposto.

Contradição

O relator da reforma fiscal do governo, deputado Benito Gama (PFL-BA), acolheu o novo imposto em seu substitutivo mas não sem apontar uma contradição.

O governo está criando mais impostos ao mesmo tempo em que nomeou uma comissão de notáveis, comandada por Ary Oswaldo Mattos Filho, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para reduzir os 53 tributos hoje existentes no País. O governo espera enviar a proposta da comissão para o Congresso Nacional em junho próximo.

Vicente Dianezi